Luísa Lanna

Roberto Romero

A diretora Sueli Maxakali

Fotos: Roberto Romero/Divulgação - Anavilhana/Divulgação

Em busca do elo perdido

Meu pai, Kaiowá, terceiro longa da mostra competitiva do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, conecta várias histórias em torno da busca da figura paterna

» RICARDO DAEHN

É do tronco linguístico Macro-jê que vem a língua Maxakali (perpetuada em Minas Gerais), entre os indígenas Tikmu'un, conhecidos ainda por Maxakali. É do tronco da árvore genealógica da cineasta e multiartista Sueli Maxakali que brota o título do terceiro filme na mostra competitiva do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro: *Yõg ãtak: Meu pai, Kaiowá* — em português claro — Yõg ãtak significa Meu pai, a ser exibido hoje, no Cine Brasília. Num revirar do passado, junto com os colegas cineastas, codiretores do longa, Isael Maxakali, Roberto Romero e Luísa Lanna, Sueli parte em busca do pai, Luiz Kaiowá, apartado dela durante o período da ditadura.

"O filme conecta muitas histórias em uma só, sem se preocupar em atar todos os pontos sem nó ou ceder às expectativas por parte do público não indígena em "entender tudo", mesmo o que escapa à sua compreensão. Ao contrário, a montagem do filme busca justamente que as pontas soltas existam e animem a história do filme, já bem movimentada pelo drama de Sueli em conseguir contato com o pai, pela vida musical nas aldeias e pela vivacidade da luta pela demarcação de territórios", adianta Luísa Lanna.

Quem contextualiza a jornada dos parceiros indígenas na expressão com o cinema é o colega (e antropólogo Roberto Romero): em dezembro de 2010, Sueli e Isael receberam uma primeira oficina de realização audiovisual feita em aldeia. Isael já havia começado a gravar filmes como *Tatakox* (2007) e *Yi'ax ka'ax* (2011), mas o interesse, no circuito branco, era quase nulo. A centelha de criação levou o casal ao desenvolvimento de projetos com antropólogos e cineastas, numa arquitetura de produção que incluiu *Yãmiyhex: as mulheres-espírito* (2019), *Nuhu Yãgmu Yõg Hãm: essa terra é nossa!* (2020) e *Yãy tu nuñãhã payexop: encontro de pajés* (2021), donos de prêmios, inclusive, internacionais.

Mobilizar a atenção dos ãyuhuk xop (brancos) para formas de curas indígenas foi um dos focos de Sueli, com o novo longa.

Palavra de especialista

"Tak é pai. Deve ser porque quando o pai tira madeiras, fazendo roça, aí só se ouve este som: tak! tak! tak! E como os pajés antigos entendiam das coisas, eles deram esse nome pra "pai". Eles vão cortar lenha, né... Vão cortar madeira pra fazer casa... Madeira, né? Floresta... É o som, né? TAK é o som de batida, cortando. Bateu na madeira. Cortando madeira... Aí nós falamos TAK"

Isael Maxakali, cineasta

"Quando nossas crianças morrem, elas não morrem. Elas se encantam e acompanham suas mães. Curam suas mães. Por isso é tão importante para nós Yãmiyhex: as mulheres-espírito. São elas que nos fortalecem. Nós, mulheres Tikmu'un. E são elas que curam os nossos doentes junto de todos os nossos Yãmiyxop (povos-espíritos). Por isso, os Yãmiyxop são tão importantes para nós e por isso é tão importante para nós mostrarmos no cinema os nossos Yãmiyxop e seus cantos", explica Sueli Maxakali.

Noutra via, a "interferência branca" — como reforça Roberto — "infelizmente" está por toda parte no filme e na vida dos povos indígenas. "Essa interferência começou em abril de 1.500 com a chegada de alguns botes de náufragos portugueses nas águas do litoral sul do atual estado da Bahia. Três séculos e meio depois, dois irmãos franceses inventaram uma coisa chamada "cinematógrafo" e deram origem ao que entendemos hoje por "cinema". Desde então, esse equipamento se desenvolveu e tornou-se mais barato, portátil e popular e, sobretudo, a partir dos anos 1980 veio parar nas mãos de indígenas no Brasil. Desde então, estes povos têm conhecido, se apropriado e transformado as formas de representação racistas através das quais ficaram conhecidos mundo afora pelas mãos de cineastas brancos".

Um retrato da "família tradicional brasileira" pesa no longa, como defende Luísa Lanna. "O filme narra, em muitas versões, a história do pai, ao passo em que acompanha "ao vivo" a busca de Sueli por ele, 40 anos depois de que foram separados quando ela tinha seis meses. Pensamos, coletivamente, o trabalho. É um filme que atravessa o Brasil e é atravessado por ele, e que, sabidamente, apenas tangencia a chamada história oficial", explica Luísa Lanna. *Yõg ãtak: Meu pai, Kaiowá* foi filmado em quatro territórios indígenas e na longa estrada que os conecta. Os territórios são Aldeia-escola-floresta (perto de Teofilo Otoni, MG) e as aldeias Panambi Lagoa Rica, Guyra Kambiy e Laranjeira Ñanderu, do povo Guarani e Kaiowá, localizadas próximo ao município de Douradina, MS.

As várias versões sobre o que levou Luiz Kaiowá até os Maxakali, no período da ditadura, conforme são contadas pelos personagens Kaiowás e Maxakalis no filme, inclusive por Luiz, se tornaram, bem mais atraentes do que a tentativa de recompor os chamados "fatos". "Fizemos as versões coexistirem, em vez de tentar reduzi-las a peças de um quebra-cabeças inacabado. Esse é o principal gesto da montagem do filme e uma lição que podemos tomar das histórias indígenas. A montagem prioriza a duração dos planos e a coerência interna das falas dos personagens, respeitando a criatividade de suas formas de elaboração e expressão", pontua Luísa Lanna. Roberto Romero reforça que já passou da hora dos brasileiros entenderem que o "cinema brasileiro" pode ser falado, ao menos 200 línguas diferentes. "O nosso Meu pai, Kaiowá, por exemplo, é falado em três: Maxakali, Guarani Kaiowá e Português. Chegamos, enfim, em Brasília, mas, para evocar as palavras do Sr. Luiz Kaiowá (o pai) no filme: 'não usamos gravatão , viemos de "pé no chão'", conclui.

57º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

No Cine Brasília (EQS 106/107), nesta terça, às 21h, Yõg ãtak: Meu pai, Kaiowá (longa), com ingressos a R$ 20. Exibição ainda dos curtas Mar de dentro (de Lia Letícia, PE) e Confluências (de Dácia Ibiapina). A partir das 20h, na Cia Lábios da Lua (Gama), no Complexo Cultural de Planaltina e na Faculdade Estácio (Taguatinga — Pistão Sul), a mesma programação tem entrada franca.

Crítica // Suçuarana ★★★

A fera da solidão

A facilidade em se adaptar e a tendência à solidão dão o tom da personagem central do longa codirigido por Clarissa Campolina e Sérgio Borges. Dora (Sinara Teles, dona de olhar magnânimo) tem apego apenas a um retrato antigo da mãe — único rastro que deixa. Chegar a um Vale, que pode significar morada, é uma meta na vida precária.

No percurso acidentado e cheio de negativas, Dora é forasteira. Até esbarrar em alguma solidariedade, Dora é enxotada e vive de negativas. O não para oportunidades de trabalho rima com o sim do portal de abusos. Como diz uma personagem, a protagonista tem "cara de cachorro magro". O entoar cortante de Sussuarana (popular música com Inezita Barroso) traz um senso de integração fortíssimo à jornada de Dora, à beira da estrada.

O desmantelamento de fábrica da região mineradora que ela alcança gera um tipo de vida diferente na arredia moça (relutante até ao contato do cão que a adota, batizado Encrenca). Do macro (há deslumbrantes visões aéreas, e que denunciam), os diretores afunilam para os closes, nas relações íntimas tecidas e que apontam sororidade. A textura da fotografia de Ivo Lopes Araújo casa com a direção de arte apresentada por Thaís de Campos.

Na trama que fala de exploração, o termo de acolhimento passa por elementos como o da coberta da cama minúscula, e os da lareira e casaco que geram aconchego. Mas Dora tem pelagem resistente, quase uma couraça, e almeja o Eldorado bem particular. (RD)